

Elipses temporais e o inesperado na pesquisa etnográfica sobre crise e medo na cidade de Porto Alegre¹

ANA LUIZA CARVALHO DA ROCHA*

CORNELIA ECKERT*

resumo Este artigo analisa o processo de construção etnográfica de uma pesquisa em torno das feições da crise e do medo em Porto Alegre – RS. Ela foi desenvolvida no âmbito do Projeto Integrado de Pesquisa/CNPq – “Estudo antropológico de itinerários urbanos, formas de sociabilidade e memória coletiva no mundo contemporâneo” (PPGAS/UFRGS). Discorre-se, em particular, sobre o processo de trabalho de campo e as redes de intrigas que nos estimularam a reflexões a respeito da cultura do terror nas modernas sociedades complexas.

unitermos Cultura do medo, ruína, imagens, cidade

abstract The present article analyzes the ethnographic construction process about the characteristics of crisis and fear in Porto Alegre, the Capital of Rio Grande do Sul. It was developed, in the area of an integrated project research of CNPq entitled: “Estudo antropológico de itinerários urbanos, formas de sociabilidade e memória coletiva no mundo contemporâneo” (Anthropologic Study of urban itineraries, sociability forms and community memory in the contemporary world). The article is particularly about the process of labor in this field and about the plot nets that stimulated our reflection on terror culture present in complex modern societies.

uniterms Fear culture, ruin, images, city.

O ato de etnografar na cidade é um processo de investigação antropológica que vem permitindo, de forma cada vez mais profícua, a construção de novas interpretações sobre as dinâmicas sociais no mundo contemporâneo a partir de contextos históricos singulares. Abordamos esse tema a partir da experiência de nossa pesquisa que vem sendo desenvolvida em Porto Alegre, desde 1997², com o apoio

de CNPq e FAPERGS, e que tem como ponto central a idéia da construção de etnografia da

cio etnográfico que desenvolvemos no projeto integrado “Estudo antropológico de itinerários urbanos, memória coletiva e formas de sociabilidade no mundo urbano contemporâneo”, projeto integrado CNPq, insere-se no objetivo amplo da pesquisa de conhecer o significado associado ao fluxo de experiências, interações cotidianas e situações concretas dos habitantes da cidade estruturadas pelo sentido de suas ordenações temporais. Isso nos remete a estudar a dimensão das representações na maneira pela qual os sujeitos constroem seu tempo social e conferem sentido às experiências individuais e coletivas na sociedade moderna atual, a partir de lembranças selecionadas e de ritmos vividos na suas trajetórias e histórias pessoais, de família, de redes diversas. Participam do projeto os bolsistas de iniciação científica CNPq Leandra Mylius, Rafael Devos e a bolsista técnica Thaís Vieira.

1. Texto apresentado na mesa-redonda *Memória, Política e Imagem* na III Reunião de Antropologia Mercosul, Posadas – Argentina, 23 a 26 de novembro de 1999.

* Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS.

2. Dando ênfase à observação do comportamento concreto e da prática cotidiana dos grupos urbanos, o exercí-

duração como modalidade compreensiva das feições da crise e do medo nos “tempos modernos”. Trata-se de um projeto integrado de pesquisa que tem por fundamento o estudo das representações simbólicas através das quais os habitantes nesta cidade constroem seu tempo social ao conferir-lhe sentido segundo as lembranças selecionadas dos ritmos vividos em suas trajetórias sociais e de seus itinerários urbanos.

Nossa pesquisa iniciou-se tendo como *locus* de reflexão o postulado da pluralidade de memórias coletivas que configuram as atuais formas de sociabilidade dos diferentes grupos que conformam o teatro da vida urbana porto-alegrense, tendo por interesse o estudo das formas diversas de os sujeitos sociais interpretar e narrarem o seu viver na cidade e, em particular, apontando, na linha de alguns comentários de Norbert Elias, para o tema das auto-imagens consubstanciadas no medo de indivíduos e sociedades³. Perseguindo o questionamento em torno dos lugares onde se enraízam os medos individuais e coletivos na atualidade, tratava-se, assim, de perscrutar, como sugere Jean Delumeau⁴, do que os habitantes de uma grande cidade têm medo.

Refletindo sobre as indagações de Gilberto Velho ao afirmar que, face aos anúncios do aumento desmesurado da violência nas grandes cidades brasileiras e diante da insegurança quanto à ação de setores do próprio Estado, a questão da sobrevivência nas grandes cidades assumiria aspectos especialmente dramáticos para alguns segmentos sociais, passou-se, então, ao longo da pesquisa etnográfica no contexto urbano de Porto Alegre, a “especular que essas seriam variáveis importantes para compreender uma espécie de individualismo ago-

nístico que se tornou cada vez mais freqüente nas camadas médias brasileiras”⁵.

Numa primeira aproximação a essa problemática, através de análise de material veiculado pela imprensa escrita e televisiva local e nacional, os dados etnográficos indicavam que, não raro, a imprensa brasileira, ao divulgar as causas da violência urbana, revelava uma tendência a identificar, como um dos personagens centrais da trama urbana violência-criminalidade-medo, a figura genérica do “pobre”, e a vincular tais eventos e acontecimentos a uma situação de “crise urbana”. Havia, assim, uma tendência da mídia em associar todos os fenômenos que se pode qualificar, de alguma forma, como violentos a um mesmo e único processo de “desagregação social”, cuja matriz, simbolicamente compartilhada, seriam tanto a decadência das grandes cidades quanto a degradação dos valores ético-morais (corrupção, por exemplo). Esse processo geraria a crise da atual civilização urbana, num percurso característico que conduziria os habitantes dos grandes centros urbanos ao processo de homogeneização das observações relativas a fenômenos associados à violência, tal qual apontado por Luis Eduardo Soares⁶ em seus estudos sobre a cultura do medo.

Particularmente em Porto Alegre, a análise de conteúdo da imprensa local, ao longo dos anos 1998-99, por um lado, apontava para a referência sistemática do aumento da insegurança e dos índices de criminalidade no contexto da vida urbana, pressupondo uma mudança de hábitos da população frente ao medo da experiência de vitimização. Por outro lado, a pesquisa etnográfica a partir de entrevistas junto aos moradores que compartilhavam um estilo de vida característico de camadas mé-

3. ELIAS, 1994, p. 61 a 125.

4. DELUMEAU, 1989.

5. VELHO, 1987, p. 4.

6. SOARES, 1995, p. 4.

dias urbanas, sugeria a presença singular dos lugares da memória narrada por esses habitantes a respeito das transformações na paisagem urbana local como contexto semântico a partir do qual se delineavam as interpretações de suas trajetórias quanto a experiências de vitimização num grande centro urbano.

Assim, na situação de entrevista, os informantes, estimulados pelo tema de nossa pesquisa sobre as feições dos medos e das crises no contexto das sociabilidades cotidianas de Porto Alegre, “re-mapeavam” as inúmeras discursividades apresentadas pela mídia local para as situações de crise e violência no mundo contemporâneo, a partir das suas posições cognitivas no que se refere a estilos diferenciais de viver a cidade sob o enfoque da cultura do medo⁷. A intenção era compreender, conforme era dito aos informantes, as suas experiências cotidianas confrontadas sob as faces de crise, violência e insegurança nas suas rotinas e itinerários no contexto urbano de Porto Alegre, sendo as noções de medo e insegurança aqui concebidas como visão de mundo e estilos de vida referidos às suas práticas e relatos de vida e, sob essa forma, apreendidos como parte da trama de uma trajetória social sustentada por uma narrativa autobiográfica em que se processa a própria memória coletiva da cidade sob as feições da crise e do medo.

A GENTE ACABA TENDO DE CONVIVER COM O MEDO, COM CUIDADO...

Essa é uma das tantas afirmações de Roberta, artista plástica, 48 anos, moradora de um bairro típico de classe média em Porto Alegre, entrevistada em 1998, que narrou, minuciosamente, suas observações cotidianas

no bairro onde mora, uma vez que está sempre muito atenta aos acontecimentos considerados violentos por ter dois filhos e temer pela integridade de ambos. Segundo Roberta, a característica da vida cotidiana no bairro era a de ser um território sistematicamente “visitado” por gangues que ameaçavam a tranquilidade de seus moradores. A recorrência de tais “visitas” era lógica, sobretudo pelo fato de ser esse território da cidade o itinerário de fornecedores de drogas, respondendo às demandas de seus clientes das camadas médias locais.

Interrogada sobre o conhecimento de possíveis formas de reivindicação e/ou organização dos moradores do bairro por maior segurança, policiamento etc., Roberta ponderava, nas suas reflexões, a respeito da inexistência dessas manifestações formais no bairro devido ao fato de as pessoas, de modo geral, temerem a própria estrutura e dinâmica do policiamento local, já que os moradores desconfiavam de possíveis envolvimento de policiais na venda de drogas, resumindo: “*Ninguém denuncia por medo*”. Além disso, em seu relato, Roberta não definia uma relação obrigatória entre os traficantes e os assaltantes, não sendo essa cumplicidade, portanto, o fator que desencadearia o medo e insegurança no bairro, embora pontuasse que, inúmeras vezes, tanto traficantes quanto assaltantes faziam parte de estruturas de gangues.

Tratava-se, assim, de compreender como Roberta entenderia a composição dessas redes. Confrontada com uma pergunta que buscava elucidar “se as pessoas que roubavam eram gente do bairro ou de fora do bairro”, Roberta não soube responder, mas acrescentou, em referência às suas experiências passadas no bairro: “*A minha filha foi assaltada às 4 horas da tarde, saindo da aula de tênis, na Sogipa (clube de classe média). Um rapaz simplesmente botou um canivete perto dela e*

7. A forma de registro dos relatos consta ora de gravador K-7, ora de registro em vídeo digital. Este *paper*, porém, utiliza-se apenas de relatos captados em gravador, usando nomes fictícios para personalizá-los.

levou o relógio. Claro que o trauma que fica é enorme, isso a gente sabe. O meu filho tava subindo a esquina para comprar uma revistinha e um guri arrancou o dinheiro dele. O mercadinho aqui seguido é assaltado... o lugar é muito vulnerável. O meu marido foi assaltado na semana passada, levaram o carro que ele já reaveu. Ao mesmo tempo tu ouve quinhentos casos iguais a este. Outro dia ele foi assaltado às 10 horas da manhã, em frente ao Shopping Decoração, ali na Cristóvão. Eu até tive uma loja de tênis importados na Benjamin, nós fechamos de tanto que assaltaram. Nós tínhamos um assalto por mês, fora as tentativas durante o dia e fora as tentativas de passar cheque sem fundos, até que fizeram um furo na parede, entraram e levaram uns 40 pares... aí a gente desistiu. A gente tinha aquele alarme que toca aqui no telefone, não passava uma semana sem tocar, entrava o meu marido com a brigada militar de fuzil e tudo lá dentro. No teto nós botamos de tudo para proteger, arame, vidro, mesmo com o alarme, hoje em dia eles têm um aparelhinho que desativa o alarme. Nem para o carro, a corrente na direção ainda é o melhor negócio”.

O deslocamento de sentido da resposta de Roberta diante da pergunta que lhe exigia alguns impasses ético-morais, uma vez que era solicitada a um julgamento reflexivo sobre “nós” e “eles”, releva, na linha do que afirma Soares, que a dimensão da violência cotidiana, seja ela qual for, infere sobre os habitantes um sentimento de insegurança pela experiência do medo que evoca, sendo sempre uma “experiência total, holista: realidade vivida que se dá através da mediação das interpretações e dos investimentos do sentido”⁸.

8. “A experiência do medo é a experiência total, holista: realidade vivida que se dá através da mediação das interpretações e dos investimentos de sentido”. SOARES, 1995, p. 1.

Assim, Roberta, diante da experiência de sofrer ou sentir-se ameaçada por um possível ato de violência, é encompassada por uma configuração de valores centrada na idéia da sobrevivência física, ética e moral. Dessa forma, seus medos coletivos e as situações de medo vividas por ela não são só expressas a partir de suas experiências individuais. Correlata a essas experiências, percebe-se toda uma mudança nas formas de sociabilidade que Roberta tece na sua vida cotidiana em territórios da cidade, onde suas ações e intenções estão dirigidas para o ato de reinventar as suas práticas de vida cotidiana, sem negar a violência e a desordem, mas experienciada a partir da criatividade na forma como “re-ordena” as ordens de significado da vida urbana.

Sem dúvida, diversos estudos convergem na confirmação de perscrutar sobre uma mudança de atitudes e valores no universo de segmentos urbanos (classe média, neste estudo) frente uma cotidianeidade em que precisam lidar com a violência e o sentimento de medo. Frente à ineficiência do aparelho estatal em lidar com tais situações na escala de grandes centros urbanos, são as vítimas, em potencial ou não, aquelas que armam estratégias de recuperação positiva dos territórios da vida urbana nos termos da manutenção da continuidade de suas práticas e sociabilidades cotidianas. Sob esse ângulo, ao experienciar esse complexo campo das feições da crise e da violência urbana no mundo contemporâneo, Roberta percebe fatores e forças externas atuando na forma como configuram a dinâmica de suas interações e sociabilidades cotidianas.

“Eu passei a ter medos, toda uma coisa que eu tinha medo... medo do inesperado...”

Questionando as suas experiências de insegurança, de ameaça à integridade física e psicológica no dia-a-dia da coletividade, Roberta sugere apresentar-nos uma amiga que

poderia fornecer mais indícios para a pesquisa. Letícia, moradora do mesmo bairro, atriz, 51 anos, casada duas vezes e atualmente viúva, segundo ela, teria passado por experiências singulares de violência urbana que a conduziram a “crises de pânico” frequentes; no momento, ela se encontrava sob acompanhamento médico.

Letícia era a décima sétima pessoa pertencente cultural e economicamente às camadas médias intelectualizadas em Porto Alegre que entrevistávamos. Comparando a vida cultural de Porto Alegre com outras metrópoles, relatou que, há três anos, havia sido convidada por uma amiga para fazer uma viagem a Buenos Aires para assistir ao *show* da cantora Lisa Minelli. Alguns dias antes de embarcar, percebendo um caroço no seio, desistiria da viagem, iniciando-se, a partir desse momento, um percurso doloroso de tratamento contra o câncer, até, finalmente, sua luta culminar com uma intervenção cirúrgica que lhe possibilitou a reconquista de uma tranqüilidade. Em particular, rememorando esses momentos passados, Letícia pontuou o início de suas “crises de pânico” ao relatar que, após a cirurgia, ao voltar ao hospital para fazer curativo, o enfermeiro que lhe atendeu, aliás “*um bicha, embora não tenha nada contra os veados*”, ao olhar para ela, comentou: “*Como é que tu deixaste chegar a esse ponto? A minha irmã deixou e está morrendo agora*”. Identificando esse incidente como o responsável por sua desagregação emocional posterior, ao associar os comentários do enfermeiro com outras situações de “ameaças” vindas do mundo social, ela complementou seu relato: “*Para mim, isto foi uma baita violência, uma violência verbal, como todas as coisas que vêm de tudo que é lado, pelo jornal, pela televisão; é muita violência. No outro dia eu fui no médico e contei para ele, aí ele disse que eu não devia me preocupar, que não era nada.*

Daí ele sugeriu que eu procurasse uma enfermeira que eu conhecesse para tirar os pontos; eram 5. Era para eu evitar encontrar o enfermeiro de novo”.

Segundo Letícia, essa situação teria sido responsável por um “efeito dominó” em sua vida, uma vez que antes dessas duas experiências, vividas no hospital, ela nunca teria vivido, com tamanha intensidade, a sensação de medo. Até então, sempre fora alguém que saía, freqüentemente, passeando com sua filha, indo a jantares; rotinas, segundo ela, “*absolutamente normais*”.

Em razão da experiência vivida no hospital, Letícia recorria às visitas regulares de uma enfermeira, responsável por seu tratamento pós-cirúrgico em casa. Na seqüência de seu relato ela lembra que, em 1996, devido à falta de pontualidade da enfermeira contratada, em um determinado dia, sua filha decide levá-la de carro até a casa onde ela morava. Entretanto, sem querer esperar por sua filha, resolve ela mesma dirigir o carro até a farmácia do bairro próximo de sua casa na busca de auxílio médico: “*A farmácia fica ali esquina da Assis Brasil com a Benjamim. A enfermeira era professora de faculdade e disse que era barbada (fazer o curativo). Aí me levou para uma salinha e tirou os pontos. Depois me deixou bem à vontade para eu me vestir e voltou para atender no balcão junto com um rapaz que trabalha com ela e é também seu aluno na faculdade. Eu botei a minha roupa, peguei a minha carteira e vim em direção ao balcão, por dentro, e quando eu perguntei para a enfermeira quanto eu devia, eu olhei para a porta e vi entrarem três homens. Um veio na minha direção, e isso eu não vou me esquecer nunca. Ele abriu seu casaco e tirou lá de dentro um 38 (revólver) e botou na minha cabeça e já foi me levando lá para dentro da salinha. Eu virei e baixei a cabeça e fui entrando, fiquei ajoelhada, e ele*

dizia: 'Não levanta a cabeça, não olha para mim que eu te dou um tiro na cara!'. O rapaz ficou junto comigo, os outros dois estavam depenando a farmácia e os outros três fregueses que estavam ali. Eu peguei a mão do rapaz que trabalha na farmácia e comecei a rezar baixinho e dizia para ele pensar no filhinho, porque eu sabia que a mulher dele estava grávida. Em cima da nossa cabeça tinha um armário que esse homem desconfiou que tinha barbitúricos, remédios, aí ele abriu o armário e levou tudinho. E foram embora, eu não sei quanto tempo durou, porque toda a minha vida passou ali na minha cabeça, a minha mãe, a minha filha, o medo que tive da minha filha ir até lá atrás de mim. Saímos dali, eu e um senhor de quem tinham levado o carro, e fomos para a delegacia de polícia dar parte e ligar para os bancos porque tinham levado todos os nossos documentos. E de lá eu vim para casa, de táxi e catatônica. Eu me sentei na cama e fiquei olhando para a frente, até que a minha filha veio aqui em casa. Naquele dia eu fiquei catatônica tal o pavor que eu senti, foi muito louco. No outro dia os mesmos caras mataram o professor de Educação Física que ia pegar a namorada para ir numa festa, eles deram seis tiros à queima-roupa. Eu abri o jornal e dei de cara com aquele que tinha ficado com o revólver apontado para a minha cabeça. Aí me liga o senhor que te falei para dizer que todos os meus documentos estavam dentro do carro dele, usado no assalto, e que eu podia ir buscá-los. Eu fui lá, os meus documentos estavam todos ensangüentados, eu rasguei tudo, mandei fazer tudo de novo e por medo não fui reconhecer os caras na delegacia. Porque eu conheço bem o sistema penitenciário brasileiro, e eles tinham meu telefone, endereço. Por medo eu não fui, eu quis esquecer isso. Eu tenho medo, tenho medo, me neguei. O homem também não foi e a enfermeira também

não e ainda por cima fechou a farmácia e foi dar aula na universidade, coisa que já fazia.

E isso deixou em mim, gurias, um sentimento... bom, eu nunca mais dirigi (na ocasião, ela estava dirigindo o seu carro), eu... olha, que eu dirigia sem o menor problema. Eu trabalhei seis anos no centro, no ateliê que eu tinha com a Eliana, e ainda largava ela em Ipanema (bairro distante da área central da cidade) depois do trabalho. Agora, eu vendi o meu carro, por medo. Eu passei a ter medos, toda uma coisa que eu tinha medo ... da família ... pois na minha casa era uma ditadura ... passei pelo medo da ditadura e, agora, que na maturidade eu pensava em aproveitar, de dois anos para cá, eu passei a sofrer desses medos".

Ao solicitarmos a Letícia uma descrição dessa sensação de medo que lhe provocavam as lembranças das situações vividas, e que seu médico diagnosticara como "doença do medo", ela nos responde ser o "medo do inesperado". Segundo ela, medo de qualquer coisa que pudesse ocorrer na sua vida que lhe causasse angústia e sofrimento, medo de ameaçarem sua integridade física tanto quanto de sua filha. As "crises de pânico" mencionadas por Letícia, na época da entrevista, estavam sendo controladas por medicação, ainda que persista sua tendência a restringir sua vida cotidiana à ambiência de seu apartamento, sem dirigir seu carro ou sair sozinha à rua.

Embora seja o sentimento de insegurança pontuado no depoimento de Letícia é, no entanto, diferenciado da experiência de violência e vitimização que indicaria índices de dinâmica criminal⁹, a situação, até certo ponto, de clausura em que ela se encontra pode ser alusiva ao sentimento de crise e medo em camadas médias urbanas, que é um dos responsáveis, em determinados bairros de Porto Ale-

9. Seguimos aqui SOARES, 1995.

gre, pela visível recorrência de uso, nos prédios de apartamentos e condomínios horizontais, dos mais diversos sistemas de alarmes e vigilância, de grades e muros e, inclusive, de campos elétricos cercando pátios residenciais, além de sofisticados aparatos tecnológicos de sistema interno de televisão, à disposição no mercado, e que se aprimoram no sentido da defesa contra assaltos, seqüestros e roubos.

A mudança de hábitos de Letícia convergia, de forma evidenciada, para a estética de certos territórios da vida urbana porto-alegrense oriunda da pesquisa etnográfica de ruas e bairros de camadas médias locais: convergência que apontava para as feições da crise vivida por tais segmentos sociais das quais resultavam o consumo desenfreado de toda uma sorte de parafernália tecnológica visando a proteção e segurança de suas moradias, em relação às formas usuais de ocupação dos espaços públicos, com o fim de evitar as situações e os contextos possíveis de vitimização mais recorrentes veiculados pela mídia local.

EM BUSCA DA FÁBULA, O CASUAL ENCONTRO COM AS RUÍNAS DO MEDO

Os comentários finais da narrativa de Letícia mencionam a presença de uma ambiência política e social particular: o período da ditadura militar em Porto Alegre. Nossa pesquisa etnográfica sobre feições da crise e do medo no teatro da vida urbana de Porto Alegre permanecia, entretanto, mergulhada essencialmente na lógica dos itinerários dos grupos urbanos na cidade, e nas diferentes formas com que os entrevistados grudavam aos espaços vividos suas memórias, lembranças e traumas.

Tal qual os relatos dos próprios segmentos sociais pesquisados, o processo de pesquisa etnográfica percorria alguns trajetos singulares nos territórios da vida urbana em Porto

Alegre. Inspiradas nas imagens da cidade como um lugar insular com vistas à produção de um documentário sobre o tema, que reuniria as representações simbólicas diferenciadas das feições da crise em segmentos populares e aqueles pertencentes às camadas médias, seguia-se, desde 1997, uma rotina regular de visitas às ilhas no estuário do Rio Guaíba, no sentido de compreender o processo de enraizamento de alguns grupos populares naqueles territórios, em sua maioria ex-moradores das vilas da periferia de Porto Alegre. A pesquisa etnográfica deveria resultar num inventário de imagens dessa paisagem urbana de Porto Alegre, a serem registradas, posteriormente, na base de dados do banco de imagens e efeitos visuais, projeto desenvolvido no âmbito do programa de pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS.

Nesse itinerário de pesquisa é que, por acaso (ou por obra do destino), fomos apresentadas à Ilha do Presídio. De forma mais singular, foi através de histórias fantásticas relatadas por “Seu Mocotó”, barqueiro da Ilha da Pintada, que reunia a Ilha da Pólvora e a Ilha da Cadeia numa rica mistura de tempos e espaços, isto é, dos antigos enforcamentos no período do Império, em Porto Alegre, aos mais recentes fatos ligados à implantação dos modernos dispositivos disciplinares da cidade, é que a Ilha do Presídio começará, só mais tarde, a fazer sentido, como se verá a seguir, no corpo da narrativa biográfica a nós fornecida por Letícia.

Na busca das pistas documentais que a narrativa fabulatória de Seu Mocotó sugeria à nossa imaginação de pesquisadores, fomos conduzidos à própria história dessa ilha que soubemos, logo, tratar-se do antigo arsenal da Marinha, na Ilha das Pedras Brancas. Inicialmente, tais instalações eram utilizadas como depósito de pólvora, como outras ilhas de propriedade da Marinha, fato esse que também

fez com que a ilha fosse conhecida como Ilha da Pólvora. Somente anos depois é que esse lugar seria utilizado como presídio, permanecendo o depósito ainda em outras ilhas do estuário do Guaíba. Transformada em um presídio comum, somente embarcações autorizadas pela diretoria do presídio poderiam dela se aproximar. As demais embarcações que se aproximavam do local eram, via de regra, segundo relatos de antigos moradores e de alguns funcionários locais, recepcionadas com tiros pelos guardas da instituição.

Nossa tarefa inicial era filmar as ruínas na Ilha do Presídio para o documentário e, mais tarde, produzir um vídeo de curtíssima duração para ser apresentado no espaço “TV break”, pela rede de televisão educativa local, projeto denominado “Iluminuras”. Tendo a participação do bolsista de iniciação científica CNPq, Rafael Devos, como operador de câmera, e graças à oferta do professor de inglês Peter Johnstone, veterano na navegação do estuário do Guaíba, dirigimo-nos para uma visita à Ilha do Presídio numa ensolarada manhã de domingo. Equipados com uma câmera de vídeo e uma máquina fotográfica, desce-mos, a muito custo, na ilha, passando a visitar, observar, gravar e fotografar minuciosamente os recantos da ruína do antigo presídio.

As imagens que captamos do local buscavam refletir o impacto de nossa inserção na etnografia de um local abandonado numa paisagem de pedras cujas belas formas, ao longe, suscitavam a contemplação estética do observador, mas coberto de lixo e visivelmente degradado quando visto *in loco*. Orientados por um olhar que buscava objetividade nas observações, fomos, todos nós, aprisionados por uma estranha sensação de melancolia, inspirada na estética misteriosa e decadente da ruína; pensávamos nos segredos de vidas humanas que por ali haviam sido silenciadas.

Num primeiro impacto, chamou-nos a atenção a presença de alguns visitantes que ali chegaram para um churrasco de fim de semana, à beira-rio, entre lixo e escombros, indiferentes à paisagem local e a sua história. A total indiferença às condições de insalubridade do lugar surpreendeu-nos a tal ponto que todos chegamos a lhes perguntar, muito respeitosamente, como podiam fazer um “piquenique” em meio ao lixo e ao cheiro de fezes e urina que exala da ilha e torna o ambiente insuportável. Sem constrangimentos, responderam que a motivação era o “gosto pela aventura” que compartilhavam. De fato, a Ilha do Presídio tem sido visitada sistematicamente por curiosos habitantes da península porto-alegrense e arredores com seus barcos e iates, em geral de camadas médias, tanto quanto por pescadores e barqueiros das ilhas vizinhas, resultando na dilapidação das edificações e na degradação ambiental desses locais, apesar de o conjunto das ilhas pertencer, legalmente, à reserva ecológica do Parque do Delta do Jacuí.

Saindo da parte exterior da ruína e entrando nos restos da antiga edificação, a visita às antigas celas conduzia à atmosfera insalubre de longos corredores escuros, de janelas estreitas, quase suspensas nas espessas paredes de tijolos, e de minúsculos fossos de luz por onde alguns pedaços da paisagem natural da ilha e da luminosidade do dia deixavam-se apenas anunciar. Em meio aos restos das antigas barras de ferro e de valos no chão das celas, aludindo aos vestígios de velhos recipientes para recolher excrementos e dejetos dos prisioneiros, passamos a reconhecer nos grafites e dizeres das paredes as denúncias de torturas sofridas naquele local; escritas cuja grafia nervosa e desconexa, muitas vezes incompleta, lembravam-nos gritos, lamentos e gemidos, silenciados por anos, aguardando quem os escutasse.

Percorrendo esta paisagem interior da ruína, lembramo-nos de que esse presídio havia abrigado presos políticos no período da ditadura militar, época em que éramos ainda adolescentes, com exceção do bolsista Rafael, então com 20 anos, alunos recém-ingressos no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Chegamos, naquele momento, a lembrar de muitos professores que haviam sido perseguidos e expulsos da Universidade, muitos atualmente atuando na vida política local (como o prefeito Raul Pont), e que ali haviam sido presos e torturados, assim como de colegas desaparecidos. Lembramos, sob outra forma, nosso próprio engajamento no movimento estudantil da época, e os fatos passados por nós começaram a adquirir outra espessura, assim como havia acontecido com Roberta e Letícia em seus relatos de vida na cidade de Porto Alegre.

De fato, logo após o golpe de Estado de 1964, o presídio passou a abrigar, além dos presos considerados “comuns”, os “presos políticos”, indivíduos que divergiam ideologicamente do sistema imposto pelo novo regime militar. Com a intenção de revirar nossas próprias lembranças na cidade de Porto Alegre em seus vínculos com a Ilha do Presídio, solicitamos ao nosso bolsista de iniciação científica da UFRGS, o acadêmico de História João de los Santos, apurar, então, mais detalhadamente, a documentação “oficial” daquela instituição. Apesar das enormes dificuldades em revirar esse passado recente da vida urbana local, chegou-se à informação de que somente em 1981 uma comissão de deputados estaduais, ao visitar o local, tendo sido recepcionada a tiros pela guarda do presídio, decidiu a interrupção das atividades desenvolvidas no local. Entretanto, um ano após, as funções de presídio foram reativadas com o propósito de tornar-la uma “prisão castigo”, para onde seriam levados os indiví-

duos considerados de alta periculosidade. Certamente esse período já nos insere em questões mais recentes relativas ao aumento da criminalidade no meio urbano. Entretanto, já nos anos 90 uma nova comissão de deputados visitou a ilha, ocasião em que foram constatadas várias precariedades referentes ao funcionamento do presídio, ficando decidida, finalmente, a suspensão total das atividades carcerárias no local.

Do processo relatado aqui, hoje, só restam as ruínas com uma densa vegetação cobrindo, aos poucos, os seus escombros. A presença insidiosa do passado político vivido por nós, pesquisadoras, observada através das imagens gravadas, além de remeter às nossas próprias trajetórias e itinerários na vida urbana de Porto Alegre, nos anos 70-80, apontava para um problema teórico-conceitual a ser investigado no cômputo da etnografia da duração como modalidade do estudo das feições da crise e do medo na cidade de Porto Alegre.

A noção de ruína imediatamente nos remeteu à obra de Georg Simmel, denominada *O Conceito e Tragédia da Cultura*, em particular a seu ensaio cujo título é “Ruína”, em que o autor apropria-se dessa imagem como expressão do conflito de forças contrárias, a Cultura e a Natureza, na produção das obras humanas; obra de vingança das forças da Natureza face à arrogância do espírito domesticador e colonizador do homem em sua marcha civilizatória. Refletíamos, então, em oficinas teóricas sobre os dados da pesquisa etnográfica no que tange à questão da temporalidade e da ruína. Discutíamos, assim, as formas de expressão da domesticação do tempo expressas nas transformações estéticas presentes à paisagem urbana de Porto Alegre no sentido de compreender o sentido atribuído por seus habitantes a sua matéria edificada e, posteriormente, supliciada.

O tema da ruína nos desafiava, portanto, para a compreensão de sua força de transcendência, não como mera submissão aos trabalhos do tempo, mas como referência a sua matéria perecível, eternamente retratada na lembrança da gênese da sua antiga forma, evocada por seus fragmentos. Seja pela indiferença, seja pelo abandono face à imagem de uma ruína, o homem, finalmente, liberta-se de sua própria obra, pensada e construída, deixando-a livre a *autopoiesis* de suas formas. Nesse sentido, com a ruína, a natureza vingasse, então, da violência que foi imposta à sua matéria pela mão humana que a domesticou, moldando-a e conformando-a à sua imagem e ideal. A natureza cobre a ruína, como o faz nos escombros que restam, ainda, na Ilha do Presídio, desgastando-a com suas energias temporais (erosão, chuva, vento etc.).

Ao refletir sobre os efeitos provocados em nós pelos restos da antiga cadeia, numa simples visita à Ilha do Presídio, acabamos por constatar que as ruínas constituem um universo melancólico unindo a memória ao esquecimento, no sentido benjaminiano. Sua alegoria revela a transitoriedade dos homens e da consciência dos sentidos depositados nas coisas, mas que persistem, para além do esquecimento, na natureza enlutada. A ruína aqui seria, então, a reminiscência de um gesto humano que ultrapassa a destruição criativa da cidade dos homens, a memória involuntária que configura a própria inversão da efemeridade do projeto moderno, despertando o melancólico para o trabalho de reordenar as camadas de lembranças no presente. Ecos que interrogam a respeito das camadas de estruturas espaço-temporais da memória coletiva que encerra essa imagem-território da ambiência urbana porto-alegrense, de conflitos e tensões de viver na cidade no fluxo da História.

Passamos, assim, lentamente, a ajustar nossos questionamentos sobre o lugar da ruí-

na nos jogos da memória e esquecimentos dos porto-alegrenses, seguindo nossas próprias experiências como moradores da cidade. A imagem visual estimulava a interpretação destes restos e escombros para além da estética comum no ambiente da cidade, um território-mito na memória de tempos traumáticos da vida urbana do País. A ruína parecia, então, como afirma o pensamento benjaminiano, as experiências do presente que nos estimulam à tarefa de temporalizar acontecimentos que, apenas aparentemente, apresentam-se destemporalizados, aqui a visibilidade de histórias de tortura em Porto Alegre, de perseguições e prisões, de proibições, medos e terrores, de traições, decepções, tristezas e sofrimentos. Justamente a duração de tais eventos, acontecimentos e incidentes, como fragmentos expressos nas ruínas do presídio, sinalizava, para nós, o estudo mais sutil das camadas de experiências temporais ressignificadas a partir da “cultura do terror”¹⁰.

A ruína na Ilha do Presídio desordenava a atual paisagem democrática que apresenta o dia-a-dia dos habitantes de Porto Alegre ao evocar acontecimentos traumáticos na vida cidadina local, e que tendem a ser esquecidos pelo esvaziamento contextual e histórico dos eventos vividos por sua comunidade urbana. A visitação à ruína permitia-nos habitar uma memória em esquecimento, na qual a obra edificada flagrava o esforço seletivo que abarca os atos de esquecer e lembrar de uma comunidade.

É no contexto preciso da etnografia das feições da crise e do medo em Porto Alegre que algumas partes obscuras da narrativa biográfica de Letícia começam a fazer sentido para nós. Ou seja, seus comentários sobre as condições objetivas de segurança no cotidia-

10. Inspiração analítica que se atribui, aqui, ao estudo sobre o terror e a cura de Taussig (1993).

no de Porto Alegre, associados a um sentimento de insegurança subjetiva, em alusão à memória de medos e terrores que conjugavam situações de enclausuramento e aprisionamento vividas por ela em sua família de origem, durante o período que se segue à violência policial do Estado militar; sobretudo, uma experiência geracional de alguns segmentos de camadas médias, pessoas que hoje se encontram na faixa de 50 a 60 anos de idade.

NASCIDO SOB O SIGNO DO MEDO

Lembramo-nos, assim, para nossa própria surpresa, de que Letícia havia-se referido constantemente, na situação de entrevista, ao fato de ter nascido sob o “signo do medo”. Ao ser provocada para falar sobre esta expressão “*nascida sob o signo do medo*”, e esperando obter da informante, na ocasião, uma explicação astrológica, fomos pegos de surpresa por sua referência à presença do autoritarismo dos seus pais durante sua infância e adolescência: “*morria de medo deles*”. A expressão referia-se às condições em que fora criada em sua família de origem, sobretudo ao pai, profissional liberal na área de comunicação, que sempre “*ganhava no grito*”. Segundo Letícia, sua opção, naquela época, fora a de sempre se manter solitária, *morrendo de medo* de expor seus sentimentos aos familiares e amigos, tendo por sonho poder, algum dia, “*libertar-se da ditadura familiar*”. Ao retomarmos a entrevista com Letícia, após visita casual à Ilha do Presídio, mais surpresos ficamos quando constatamos que ela, imediatamente, num processo de consolidação temporal de suas memórias de medo, expandiu seu relato autobiográfico à sua experiência com a ambiência urbana de Porto Alegre durante a ditadura militar: “*Quando, em 64, veio o Golpe Militar, aquele momento horrível brasileiro, para mim foi difícil porque eu*

estava saindo de um processo ditatorial, de dentro da minha casa, e via (agora, um outro) processo ditatorial na minha família. Porque nesse meio tempo o meu pai foi preso e o meu irmão foi preso. O meu pai era um dos diretores de uma importante revista brasileira no Rio de Janeiro. Um dia, quando ele voltou para Porto Alegre, nós ficamos aguardando-o no aeroporto, mas o avião foi desviado para Uruguaiana e lá ele ficou um tempo preso pelos fuzileiros navais. Acho que durou uma semana, sofrendo tortura mental, não física. Foi penoso para nós, ele perdeu o emprego e a nossa vida foi para o bebeléu. Eu já trabalhava no banco ... A minha mãe teve que costurar para fora, e tive que sustentar a casa com o meu salário mínimo”.

Segundo o processo de “re-configuração” do tempo que Letícia apresentava sobre suas memórias do medo em Porto Alegre, ela, ao conquistar os primeiros sinais de um processo de emancipação e libertação da ditadura familiar, havia iniciado, simultaneamente, uma experiência de viver sob a arbitrariedade do comando dos “*militares que mandavam nesse País naquela época*”. A disseminação do sentimento de medo ao longo da produção de uma vida silenciada pela clandestinidade era mencionada, então, precisamente no momento em que Letícia apontava para seus itinerários em Porto Alegre, introduzindo-nos nas formas em que ela passou a vivenciar, na cidade, o terror implantado pela ditadura militar e sua doutrina de segurança nacional: “*Nessa época, meu irmão foi preso, e eu é que tive que me envolver, porque o meu pai, em decorrência de tudo que passou, ele faleceu três anos depois da sua prisão, ele morreu de leucemia. Nisso o meu irmão foi preso e eu enfrento sozinha a situação de ter que procurar o juiz do Tribunal de Justiça para tentar libertar o meu irmão, porque ele e uns amigos tinham sido pegos com livros dentro de*

um carro. Foi preso como subversivo, foi torturado, levado para o presídio do rio, mergulharam ele na água, todas aquelas coisas... quer dizer: foi muita violência. Eu tive que tirar ele do DOPS, ele com um olho só, ele perdeu a visão de um olho, tudo isso em Porto Alegre. E para a mãe eu não queria dizer, então eu inventava uma história para ela de que ele estava viajando, que ele não estava. Eu assumi essa coisa de família”.

Submersa em suas recordações daquela época, Letícia continuava recriando, para nós, imagens singulares da sua vida cotidiana nos tempos da ditadura em Porto Alegre, marcados por experiências-limite como a da visita de um antigo amigo de seu pai, delegado de polícia que, ao ver sua biblioteca em casa, sugeriu-lhe acompanhá-lo até o DOPS. Nessa situação ela teria escutado os gritos de gente sendo torturada e que o “amigo” policial lhe explicara que era um rapaz que havia sido preso por carregar livros subversivos no carro, tentando ir para Santa Catarina, e que por isso ele havia insistido em alertá-la do perigo de manter sua biblioteca – “*Tu te cuida, eu estou fazendo isso porque eu sou teu amigo*”.

O processo de acomodação temporal da narrativa de Letícia sugere, assim, que ela, desde tais eventos passados, vividos na Porto Alegre dos anos 60-70, passou a viver sob o “signo do medo”: “*Eu comecei a ficar com medo, comecei a botar todos livros fora, e então isso passou a ser uma constante na minha vida. Agora é que eu estou tentando me tratar, eu sempre fui contra a violência, a minha juventude está vindo a pé de Woodstock, e eu estou chegando ainda. Era amor, paz, eu sempre procurei que a violência ficasse longe da minha casa, do meu relacionamento com a minha filha. Mas as coisas de fora chegam na minha casa, eu me deparo com alguém passando fome na rua, com um animalzinho. Eu nunca militei, o meu pai era*

militante, mas eu não... Mas depois eu comecei a levar minha vida sem problemas, eu era uma pessoa que dirigia à noite. Eu comecei a levar a coisa muito frouxa, no período da abertura política”.

A narrativa apresentada aqui se prolongou, ampliando-se em detalhes, mas o mais significativo na sua trajetória de vida, segundo Letícia anuncia em seu relato, é a experiência de medo vivida na cidade, pontuada pelo entrelaçamento de dois tempos sobrepostos: o tempo da ditadura familiar e o tempo da ditadura política. Provocada, por nós, a refletir sobre sua vida cotidiana atual em Porto Alegre, Letícia destemporaliza suas experiências no passado. Isto é, as experiências anteriores de clausuras e silêncios, recorrentemente empregadas como experiências vividas “sob o signo do medo” e por muito tempo esquecidas por ela, tornam-se o nó interpretativo de sua apreensão do contexto da vida urbana local como “tempos difíceis”, os quais, nos limites de sua socialização numa cultura “psi”, são compreendidos a partir de suas “crises de pânico” e da “doença do medo”. Letícia, assim, relaciona os eventos e incidentes de violência urbana à sua adoção de estilo de vida insular, cujo cotidiano é marcado pela restrição máxima à rotina do apartamento de inoradia, sendo que frequentemente se refere ao teatro da vida urbana local como “*a cidade de ditadores*”.

O TRABALHO DE TECER OS ACONTECIMENTOS COMO ESTÉTICA DO MEDO

Como resultado dessas elipses temporais que têm significado o percurso de nossa investigação etnográfica em Porto Alegre a partir de uma etnografia da duração, passamos a incorporar, na produção do roteiro do documentário que está sendo produzido pela equipe do projeto de pesquisa “Feições dos medos

e das crises no ritmo das sociabilidades cotidianas na cidade de Porto Alegre”, a noção de ruína como metáfora de traços de permanência da memória, associando-a a lugares urbanos que ultrapassam os gestos e ações de esquecimento cotidianos de seus habitantes.

A ruína, como matéria que resiste ao triunfo gradual do processo de disciplinamento e normatização das formas do mundo realizados pelas civilizações humanas, afirma-se, aqui, como matriz geradora de excedentes de sentido de uma memória coletiva, o que explicaria o fato de só termos evocado à lembrança determinadas passagens da narrativa de Letícia a respeito da “*ditadura das ruas*” no momento em que nos confrontamos com os escombros da antiga cadeia da Ilha do Presídio. São passagens anteriormente esquecidas e que, sem elas, não poderíamos explicar parte das representações simbólicas do medo que invade Letícia nos espaços públicos da cidade, onde, segundo ela, sente-se constantemente ameaçada pelo “*medo do inesperado*”.

Assim é que, em Porto Alegre, se alguns de seus territórios passam, atualmente, por processos de recuperação, transformação, ou mesmo destruição de suas antigas formas, já anacrônicas e, portanto, disformes, no sentido de forjar a modelagem da unidade de uma memória urbana tendo em vista a “modernização” de funções e circulação de novos personagens que aparecem nesse cenário (e no atendimento às suas novas semânticas de apropriação), a presença da ruína no interior desse processo de remodelação urbana provoca novos desafios. Isso porque a imagem da ruína, precisamente por sua apelação extrema ao esquecimento, sugere, por sua permanência na paisagem urbana da cidade, a duração de uma recordação, tendendo a subverter a consciência coletiva de uma comunidade que se recusa a atingir os traços duráveis dos jogos da memória de seus habitantes no

sentido das camadas de suas existências passadas, muitas vezes dúbias.

Se a aceitação dos atos de destruição/suplício das formas urbanas tem-nos sugerido, face ao processo, muitas vezes violento, de desterritorialização de grupos/indivíduos no contexto de um grande centro urbano como Porto Alegre, a presença do ato de adesão dos habitantes de uma cidade à matéria perecível do tempo, ao conceber a cidade como matéria supliciada que lhe permite “domesticar” a morte, não elimina o fato de que a imposição do esquecimento, pela via da padronização/homogeneização da sua paisagem através de planos de remodelação urbana, consegue matar a força de suas reminiscências.

Dessa forma se, por um lado, o ato de destruição de antigas estruturas espaciais da cidade representa para uma comunidade sua adesão benevolente ao ritmo cíclico de morte e renascimento da vida coletiva, revelando a chance de ela permanecer viva, por outro, o ato de contemplação de suas ruínas provoca o espanto dessa mesma comunidade frente ao ritmo temporal vertiginoso que cerca as formas de vida social na contemporaneidade, sendo que ambos são fenômenos que configuram as duas faces de uma única moeda com a qual uma comunidade urbana negocia com as feições de sua própria morte.

Assim foi o que vivemos quando decidimos filmar os escombros da antiga cadeia, na Ilha do Presídio. O desmoronamento de muitas de suas antigas paredes, os vestígios de falas silenciadas, os sinais da tortura, as marcas da vegetação brotando de rachaduras e os pedaços de objetos deixados em meio aos escombros proporcionou-nos o próprio jogo de interpretações de nossas memórias pessoais, de nossas reminiscências da ditadura militar em Porto Alegre, dos fragmentos de lembranças do terror político vivido na época, dos constrangimentos e intimidações vividos por

cada um de nós e do silêncio coletivo imposto a todos nós. Enfim, “questões inquietantes, produtos do contraponto trágico da simultaneidade das imagens de vida e morte”, conforme sugere Irene de Arruda Ribeiro Cardoso, ao propor o termo letargia (do grego *lethe*: esquecimento, e *argia*: inércia), numa “acepção que questiona criticamente o esquecimento como produto do próprio fluxo do tempo”¹¹. Nessa viagem em meio às nossas lembranças, encontramos Letícia e suas próprias lembranças da prisão que “*existia no rio*” (estuário Guaíba), e para onde os presos políticos eram levados.

Letícia, assim, lembrou-nos que viver as feições da crise e do medo no cotidiano de Porto Alegre, hoje, é também lembrar de uma experiência geracional, isto é, lembrar a profunda ruptura daqueles que viveram o período da ditadura militar. Da mesma forma, em sua narrativa biográfica, ela recuperou os percalços que vivera em sua própria história familiar, que seria, então, responsável pela irrupção de seu desejo de uma trajetória emancipada das estruturas hierarquizadas que lhe marcaram como um indivíduo vivendo num tempo de profundas transformações (revolução cultural, revolução sexual, construção do individualismo moderno e subjetivação do sujeito, direitos humanos, da mulher, do excluído etc.; segundo ela, processos de rupturas sintetizados na alegoria de *Woodstock*).

Adentrando os jogos de nossa própria memória de habitantes de Porto Alegre, acabamos, finalmente, por pensar a ruína do presídio como uma ruína do medo e, com isso, estrategicamente interpretar a resistência aos silenciamentos e “recalques dos acontecimen-

tos”¹² pela dialética que encerra os trabalhos da memória. Filmar a ruína tornou-se, então, para nós, uma forma de vê-la a partir de características da estética temporal que regem o fenômeno da memória no contexto do mundo urbano contemporâneo, em que os acontecimentos passados interrompem silêncios e invisibilidades.

Nesse sentido, o abandono no qual se encontra atualmente a Ilha do Presídio é representativo de uma história que os habitantes da cidade buscam esquecer, sendo que tal construção torna-se um referencial crítico da deformação do conhecimento da gênese de medos e violências que configuram as formas atuais de os habitantes viverem a cidade de Porto Alegre. Diria Benjamin, para o caso, que tal abandono “serve, através do conhecimento, para libertar o futuro a partir de sua forma deformada do presente”¹³.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.
- BACHELARD, G. *La dialectique de la durée*. Paris: Quadrige/PUF, 1989 (1ed 1950).
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas. Volume III. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BORELLI, Silvia Helena Simões. “Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson.”. In: *Revista Margem*, 1992.
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo: Fapesp/ Edusp, 1994.
- CANEVACCI, Massimo. “Walter Benjamin antropólogo da memória”. In: *A cidade polifônica*. São Paulo: Studio Nobel. p. 97-118.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. “Os silêncios da narrativa”. In: *Tempo Social*, v. 10, n. 1, maio de 1998.

11. Cf. CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro, “Memória de 68: terror e interdição do passado”. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol. 2, n. 2, segundo semestre, 1990, p. 105.

12. CARDOSO, 1998, p. 9

13. *Apud* BOLLE, 1995, p. 20

- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro, "Memória de 68: terror e interdição do passado". In: *Tempo Social*, v. 2, n. 2, segundo semestre, 1990.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CLIFFORD, James y MARCUS, George E. (Ed.). *Retóricas de la Antropología*. Madrid: Serie Antropología, Jucar Universidad.
- DELUMEAU, Jean. *Historia do medo no Ocidente. 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUMONT, Louis. *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985
- DURAND, Gilbert. "Elementos para uma fantástica transcendental" In: *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. "Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade." In: *Revista Margem Tecnologia, Cultura*. n. 8, 1999. p. 243-259.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Puf, 1968.
- SIMMEL, Georg. *La tragedia de la cultura*. Madrid: Revista de Occidente, 1934.
- SOARES, Luiz Eduardo. "Homicídios Dolosos Praticados contra Menores no Estado do Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa desenvolvido como parte do plano de trabalho do Projeto Se Essa Rua Fosse Minha". Rio de Janeiro: FASE, IBASE, IDAC, ISER, 1991.
- SOARES, Luiz Eduardo. "Violência e cultura do medo no Rio de Janeiro". Palestra proferida no PPG Antropologia Social UFRGS, março 1995. Mimeo.
- SOARES, Luiz Eduardo. *O Rigor da indisciplina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.
- SOREL, George. *Reflexões sobre a Violência*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- TURNER, Victor. *Dramas fields and metaphors: symbolic action in Human Society*. Itacha: Cornell University Press, 1974.
- VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.
- VELHO, Gilberto. "Destino e violência". In: *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 114-131.
- VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade, uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979